



DESTAQUES

CONICQ promove reunião aberta à sociedade civil e ao setor regulado

A Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco (CONICQ) realizou em 15 de setembro uma reunião aberta com o objetivo de ampliar o diálogo e ouvir as demandas das organizações da sociedade civil e da indústria do tabaco.

Participaram da reunião, realizada na sede da Organização Panamericana da Saúde em Brasília, entidades ligadas aos produtores de fumo, como o CEPAGRO e o DESER, sociedades médicas, a Fundação do Câncer, além da ABIFUMO e três sindicatos das indústrias de tabaco.

Dentre os temas abordados na reunião, destaque para a política de preços e impostos sobre cigarros, os atuais problemas da produção de fumo, quedas no preço da folha e as graves doenças que acometem os produtores, as ações governamentais para apoiar a diversificação da cultura de tabaco e as estratégias de exposição das embalagens nos pontos de venda.

O Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, cujo texto tramita no governo para posterior envio ao Congresso Nacional, recebeu apoio de todas as organizações presentes, que manifestaram a importância do documento para fortalecer as políticas de repressão e controle do mercado ilegal e as ações de cooperação internacional.

As organizações presentes elogiaram a iniciativa da CONICQ de abrir um canal de debate e solicitaram que essa iniciativa seja repetida em futuras ocasiões.

INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO

SindiTabaco critica provável aumento de ICMS do cigarro pelo Governo do RS

A proposta de aumento da alíquota de ICMS de 25% para 27% para os produtos de tabaco encaminhada pelo Governo do RS à Assembleia Legislativa vem encontrando resistência junto aos representantes da Indústria do tabaco. O percentual de 2% seria repassado para o Fundo de Amparo do Rio Grande do Sul, o que significa que o montante arrecadado iria para o governo do Estado.

Segundo o SindiTabaco, a proposta de aumento do ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços), prejudica empregos na cadeia produtiva e alavanca o mercado ilegal. O Rio Grande do Sul é o maior produtor de tabaco em folha no Brasil, principal matéria-prima para a fabricação de cigarros.

A proposta, uma das inúmeras para enfrentar a crise econômica do Estado, já foi enviada à Assembleia, e deve ser apreciada ainda no mês de setembro, caso a intenção do governo seja de começar 2016 com as novas alíquotas em prática.

Um dos produtos mais tributados do país, o tabaco manufaturado vendido no Brasil ainda é um dos mais baratos do mundo.

O Presidente do SindiTabaco, Iro Schunke, argumenta que a carga tributária dos cigarros no Paraguai não chega a 13%.

“Já tivemos exemplos no passado em que o aumento de tributos diminuiu a venda do produto legal, ocasionando menor receita e arrecadação. Vale destacar que no Rio Grande do Sul a evasão fiscal tem crescido: apresentou uma evolução de 22% entre 2012 e 2014 e estima-se que em 2015 o Rio Grande do Sul perderá R\$ 200 milhões com o contrabando”, afirma Schünke citando dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF).

O SindiTabaco afirma que o contrabando já representa mais de 40% do mercado de cigarros gaúcho, e o aumento de ICMS deverá tornar ainda menos competitivo o produto legal.

Fonte: SindiTabaco

<http://sinditabaco.com.br/na-contramao-aumento-do-icms-de-cigarros-podera-elevar-perda-de-arrecadacao-gaucha/>

Comentário da SE-Executiva da Conicq:

Não é de hoje o questionamento por parte dos sindicatos parceiros da Indústria do Tabaco para quaisquer reajustes do tabaco manufaturado, sejam em forma de alíquotas, tributos, ou preços ao consumidor.

A justificativa para a elevação, seja na redução do consumo ou em maior fluxo de caixa para o governo, tem no contrabando a réplica habitual com um mantra.

Interessante verificar que a criticada proposta do governo gaúcho está sendo praticada pelo governo do Maranhão. Em 2014 foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 188/2014, que regulamenta a Emenda Constitucional 002/2011, criando o Fundo Estadual de Combate ao Câncer.

O Fundo Estadual de Combate ao Câncer está sendo abastecido com 3% do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadoria (ICMS), arrecadados no comércio de

cigarros, cigarrilhas, charutos e demais derivados do tabaco, assim como 1% do ICMS incidente sobre a comercialização de bebidas alcoólicas.

Em seus futuros questionamentos seria oportuno ao SindiTabaco apreciar experiências bem sucedidas, inovar e buscar respaldo junto à sociedade com ações palpáveis vinculadas a responsabilidade social.

DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

Tabaco energético para combustível se torna alternativa para agricultor gaúcho

A perspectiva de criar uma nova alternativa de produção para a pequena propriedade rural da região produtora de fumo virgínia do Estado e agregar nova fonte de renda para o agricultor foi debatida nesta terça-feira,(11), pelo secretário do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Fábio Branco, com o empresário Sergio Detoie e prefeitos dos municípios da região Centro Sul e do Vale do Rio Pardo. A alternativa apresentada aos dirigentes municipais foi explicada pelo executivo da empresa Empreenda.vc.

Trata-se do tabaco energético, uma variedade utilizada para a produção de biocombustível, principalmente, querosene de aviação.

O secretário Fábio Branco assinalou na oportunidade que além de agregar valor à propriedade rural, o tabaco energético representará uma nova conquista, uma vez que se trata de uma cultura que não substituirá a produção de alimentos, mas sim, representará uma inovação numa região onde a atividade econômica da família rural está no cultivo de pequenas áreas.

- Percorri e conheço a região - destacou Fábio Branco – sei das dificuldades que enfrenta aquele agricultor e vejo no cultivo do tabaco energético uma opção capaz de garantir renda.

Conforme explicou Sergio Detoie, o tabaco energético – denominado Solaris - foi obtido por mutagenia, através de uma seleção natural que vem sendo desenvolvida nos últimos vinte anos na Itália. A variedade resultante é fraca em nicotina e rica em óleos vegetais. O principal produto desta variedade é a semente, que após processada, resulta em biocombustível, que vem sendo testado pela aviação civil. Sergio Detoie, que estava acompanhado do produtor rural Nelson Tatsch, disse aos prefeitos presentes à reunião convocada pela Sala do Investidor da SDECT, que o produto está sendo disponibilizado pela SunChem South Brazil e que já foi cultivado numa lavoura experimental no distrito de Rincão Del Rei, no município de Rio Pardo. A planta alcança um porte de 1,70 m de altura, produz uma cápsula com cerca de cinco mil sementes e possibilita três cortes por ano agrícola. Assinalou que o cultivo da variedade Solaris não substitui a tradicional lavoura de fumo , mas representa uma inovação e uma nova alternativas para aqueles que desejarem migrar de cultivo.

Para o prefeito de Dom Feliciano, Dalvi Soares, que também é vice-presidente da AMPROTABACO – Associação dos Municípios Produtores de Tabaco do Brasil, “trata-se de uma alternativa muito interessante para diversificação da renda da propriedade rural”. Na avaliação do prefeito de Camaquã, João Carlos Machado, tudo que estiver relacionado com a produção de energia renovável tem futuro e o tabaco energético pode ser uma alternativa para a região que concentra expressivo número de produtores de tabaco virgínia.

A SunChem é uma empresa criada em 2007 na província de Parma, Itália, a partir da também italiana Isoedil, para o desenvolvimento e o aproveitamento do tabaco energético e vem desenvolvendo pesquisas em escala mundial.

Fonte: SCT

<http://www.sct.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=81&id=3735>

BRASIL

Irati-PR proíbe “Narguilé” em locais públicos

Seguindo a tendência de outros municípios de regular o uso do Narguilé, tema das comemorações do Dia Nacional de Combate ao Fumo, a Câmara Municipal de Irati - PR aprovou por unanimidade, em segunda votação, o Projeto de Lei nº 021/2015, que proíbe o uso do “narguilé” em local público, bem como a comercialização aos menores de 18 anos de idade. A proposição segue agora, para sanção do prefeito.

O vereador Vilson Menon, autor do PL, afirma que o cachimbo “narguilé” vem ganhando popularidade entre os jovens brasileiros, e está cada vez mais presente em festas, bares e outros ambientes fechados.

No PL entende-se por locais públicos, além de praças de lazer, espaços esportivos, parques, estabelecimentos de ensino e imediações, qualquer local onde houver concentração e aglomeração de pessoas.

Venon entende que o cidadão deve apoiar e fiscalizar o cumprimento da nova lei, e sugere que o cidadão que flagrar pessoas utilizando o produto em locais públicos acione as autoridades policiais para as providências cabíveis.

Em caso de flagrante do uso do “narguile”, em local público, Menon afirma que será feita a apreensão. E o descumprimento da Lei pelos estabelecimentos implicará sucessivamente na aplicação de multa no valor de R\$ 1.000,00 e em caso de reincidência a multa será de R\$ 2.000,00 e por fim haverá cassação do alvará de funcionamento. “A fiscalização para o cumprimento da Lei será realizada pelos órgãos competentes”.

Fonte: Prefeitura de Irati

<http://www.irati.pr.leg.br/institucional/noticias/projeto-de-lei-que-proibe-201cnarguile201d-em-locais-publicos-e-aprovado>

MUNDO SEM TABACO

Paraguai planeja aumentar imposto sobre o tabaco

Ainda assim taxaço permaneceria o menor da América do Sul

O Governo do Paraguai encaminhou projeto de lei que aumenta o imposto sobre o tabaco em 20%, o que ainda mant m o país com a taxa mais baixa da América do Sul. No Brasil, o produto   taxado em 58%, no Uruguai, 66% e Argentina até 68%.

Para especialistas, o Ministério da Saúde Pública do Paraguai não elege o tabagismo como prioridade, pois sequer emitiu um parecer favorável ao aumento do imposto de 13% para a alíquota de 20%.

Segundo os dados divulgados no Jornal ABC Collor, o setor do tabaco contribui com apenas 2,7% da receita total, enquanto a evasão fiscal atinge cerca de 35%.

Esses dados obrigaram o governo a aumentar as receitas do setor, projeto desprezado pelo Ministério da Saúde enquanto Ministério das Finanças negocia para deixar a taxa em não mais do que 15%.

Fonte: ABC Collor

<http://www.abc.com.py/especiales/fin-de-semana/cigarrillos-la-tasa-mas-baja-1408159.html>

A CONICQ   responsável por articular a implementa o da agenda governamental para o cumprimento da Conven o-Quadro da Organiza o Mundial da Saúde para Controle do Tabaco.   presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco: www.inca.gov.br/observatoriotabaco

Expediente:

Este boletim   produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementa o da Conven o Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edi o: Alexandre Octávio

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunica o Social do INCA